



**Formação de Candidatas(os) em
Políticas para Mulheres**



**Formação de Candidatas(os) em
Políticas para Mulheres**



José Luiz Penna

Presidente Nacional

Eduardo Brandão

Vice-presidente e Secretário de Administração

Alvaro Dias

Líder no Senado

Sarney Filho

Secretário de Assuntos Parlamentares

Evandro Gussi

Líder na Câmara

Evair de Melo

Vice-líder na Câmara

Sandra Menezes

Vice-presidente

Edson Duarte

Vice-presidente

Carla Piranda

Secretária de Organização

José Carlos Lima da Costa

Secretário de Comunicação

José Paulo Tóffano

Secretário de Formação

Reynaldo Moraes

Secretário de Finanças

Vera Motta

Secretária de Assuntos Jurídicos

Marcos Belizário

Secretário de Assuntos do Executivo

Fabiano Carnevale

Secretário de Relações Internacionais

Shirley Torres de Araújo

Secretária Nacional de Mulheres

Mariana Perin

Secretária Nacional de Juventude

Dora Cordeiro

Secretária de Direitos Humanos e Diversidade

Roberto Rocco

Secretário de Mobilização

Kaká Verá

Secretário de Políticas Indígenas

Roberto Tripoli

Secretário de Direitos dos Animais

Ovídio Teixeira

Secretário Especial de Estratégias Eleitorais

Oswander Valadão

Secretário Especial das Cidades



Coordenadorias Gerais

Rudson Leite Norte	Marcelo Silva Nordeste I
Denis Soares Nordeste II	Fernando Guida Leste
Marcelo Bluma Centro	José Luiz Penna Sul

Membros

Eliane Ferreira da Silva	Ivanilson Gomes dos Santos
André Moreira Fraga	Carlos Antônio Menezes Leite
Cidineia Maria Fontana	Alexandre Zaratz Vieira da Cunha
Washington Rio Branco	Leonardo Jose de Mattos
Daniela Carvalhais de Almeida	Aloisio Antônio Andrade de Freitas
Aluizio Leite Paredes	Carlos Augusto Lopes da Costa
Teresa dos Santos Sousa Britto	Antônio Jorge Melo Viana
Francisco Caetano Martins	Henor Pinto dos Reis
Cleusa Rosane Ferreira	Julia Duppre de Abreu
Fernando Paulo Nagle Gabeira	Rivaldo Fernandes Pereira
Marcio Souza	Guaraci Fagundes
Regina Gonçalves	Francisco Antonio Sardelli
Jovino Cândido da Silva	Rogério Menezes de Melo
Marco Antônio Mroz	Ricardo de Oliveira Silva
José Roberto Tricoli	Claudio Turtelli
Eduardo Jorge Martins Alves	Marcello de Lima Lelis



DIRIGENTES

PV MULHER

NACIONAIS & ESTADUAIS

Shirley Torres de Araújo

Secretária Nacional de Mulheres

Carla Piranda

Secretária Nacional de Organização, Membro da Executiva Nacional e Presidente do Diretório Estadual - RJ

Cidineia Maria Fontana

Membro da Executiva Nacional e Presidente do Diretório Estadual - ES

Daniela Carvalhais de Almeida

Membro da Executiva Nacional - MG

Dora Cordeiro

Secretária Nacional de Direitos Humanos e Diversidade, Membro da Executiva Nacional - RJ

Eliane Ferreira da Silva

Membro da Executiva Nacional - AM

Julia Duppré

Membro da Executiva Nacional - RJ

Mariana Perin

Secretária Nacional de Juventude e Membro da Executiva Nacional - SP

Rosane Ferreira

Membro da Executiva Nacional - PR

Sandra do Carmo Menezes

Vice-presidente Nacional e Presidente do Diretório Estadual - AL

Teresa dos Santos Sousa Britto

Membro da Executiva Nacional e Presidente do Diretório Estadual - PI

Vera Motta

Secretária Nacional de Assuntos Jurídicos, Membro da Executiva Nacional e Vice-presidente da Executiva - SP

Leandre Dal Ponte

Coordenadora Regional Sudoeste - PR e Coordenação Regional Curitiba - PR



EXPEDIENTE

Conteúdo e Pesquisa

Patricia Kranz

Tatiana Wehb

Revisão Gramatical

Ludmilla Brandão

Bruna Presmic

Projeto Gráfico e Diagramação

Sagarãna Produções



• AULA 15 •

EDUCAÇÃO PARA EQUIDADE



EDUCAÇÃO PARA EQUIDADE



A educação é a chave para alcançarmos a igualdade de gênero. Desde seu início o movimento de mulheres explica a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres como fruto da educação. O sistema educacional pode contribuir de forma decisiva para a superação de preconceitos, mas da mesma forma, também pode reforçar desigualdades e estereótipos.

Se a educação tem o papel de preparar cidadãos para exercitarem plenamente sua cidadania é fundamental que seja o principal instrumento para reduzir desigualdades e construir equidade.

A mudança começa nas instituições de ensino, sobretudo na educação básica. A educação de gênero tem uma contribuição decisiva na promoção de uma mudança de mentalidade que nos leve a superar o sexismo reproduzido cotidianamente nas relações humanas.

A escola e os estereótipos

A escola acaba reproduzindo as desigualdades que existem na sociedade. Os estereótipos estão presentes nos livros escolares, nos currículos, na linguagem sexista, na forma como professores tratam alunos e alunas, na continuidade do processo de invisibilização das mulheres e do seu papel nas ciências e nas artes. Resumindo, na reprodução da ideologia patriarcal no espaço escolar.

Vale ressaltar que o magistério é uma profissão na qual a maioria dos profissionais são mulheres e que vem sendo progressivamente desvalorizada no Brasil, com baixos salários e pouco reconhecimento.

Políticas para promover uma educação para a equidade

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres afirma que “uma educação de qualidade deve estar intrinsecamente associada à busca da igualdade entre os seres humanos e à valorização da diversidade da sociedade brasileira”.

Segundo o Observatório para Igualdade de Gênero, “o Estado pode contribuir para a promoção dos direitos das mulheres por meio de diversas intervenções no sistema educacional. Além disso, deve incidir na formação de professores para que os espaços de ensino não reproduzam estereótipos e preconceitos, mas combatam todos os tipos

de preconceitos, sejam eles referentes a sexo, raça/etnia, cor, cultura, orientação sexual, identidade de gênero ou geração. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária, em que se valorizem as profissões consideradas femininas, haja uma menor desigualdade entre os salários e o acesso uniforme à educação para mulheres em sua diversidade.”

Recentemente o bilhete de uma mãe “viralizou” na Internet. Ela recebeu o seguinte recado da escola de seu filho: “Mamãe, na segunda-feira faremos uma salada de frutas para comemorarmos o início do outono. Por isso, pedimos a doação de frutas. Atenciosamente, Tia Cristina”.

A mãe respondeu: “Olá, Cristina, gostaria de sugerir que os bilhetes viessem direcionados aos ‘responsáveis’ e não somente à ‘mamãe’. Entendo que muitas vezes é a mãe quem se encarrega das tarefas domésticas e dos filhos, mas precisamos lembrar que os ‘papais’ também são responsáveis e que muitas crianças são criadas por outros membros da família, como avós, tios, tias, etc. Assim seria uma maneira de não repetirmos esse discurso que só responsabiliza a mãe/mulher pelo cuidado com a casa e os filhos. Obrigada, Atenciosamente, Kate, mãe do Jorge”.



Tema transversal e interdisciplinar

As discussões sobre gênero e sexualidade não devem ficar restritas às ciências biológicas. Todos os professores podem trabalhar ideias e temas de forma abrangente e interligada. Desde as aulas de Biologia, para aprender sobre o corpo humano, às de História para entender como em cada momento, em cada sociedade, homens e mulheres tiveram papéis diferentes e a sexualidade foi exercida de formas diversas. As aulas de Literatura abrem muitas possibilidades para pesquisar ideias e trabalhar textos que provoquem reflexão, em Geografia, assim como em Matemática, dados e estatísticas podem ser analisados aprofundando a compreensão das questões.

As escolas podem e devem trabalhar estes conteúdos de forma interdisciplinar, promovendo o diálogo entre disciplinas e integrando conceitos, linguagem e metodologia.

Retrocesso

Em 2014, por pressão de setores religiosos conservadores, foi retirada do texto do Plano Nacional de Educação a menção às questões de gênero e orientação sexual.

Em 2015, durante o processo de aprovação dos Planos Municipais de Educação, Câmaras de Vereadores de diversas cidades brasileiras se transformaram em campos de batalha. Depois de um longo processo participativo envolvendo professores, ONGs, e gestores públicos na tarefa de determinar as prioridades para a próxima década, diversos Planos tiveram as questões relativas a gênero e sexualidade retiradas. As justificativas partem de uma posição equivocada que entende que gênero, sexualidade e identidade de gênero são “invenções” ideológicas e não uma realidade.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) publicou o “Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras”¹, assinado por 113 pesquisadores e grupos de estudos, que afirmam entre outros pontos: “Ao contrário de ‘ideologias’ ou ‘doutrinas’ sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos (...) Quando se reivindica, então, a noção de ‘igualdade de gênero’ na educação, a demanda é por um sistema escolar inclusivo, (...) não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas (o que tem sido amplamente distorcido no debate público), mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades. (...)”.

É importante, ainda, lembrar que o Brasil é signatário de diversos tratados, convenções e acordos internacionais relativos à inclusão do debate de gênero na educação.

Na prática

Cabe ao sistema de ensino disseminar a informação necessária à formação de indivíduos conscientes e socialmente responsáveis. Compete ao município garantir à população ensino básico de qualidade e voltado para a formação de cidadãos conscientes por meio de currículos, métodos, técnicas e recursos educativos adequados.

AÇÕES

- Selecionar os livros didáticos e paradidáticos da rede pública de ensino, garantindo o cumprimento adequado dos critérios de seleção referentes à não discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
- Incluir nas comissões de avaliação e seleção dos livros didáticos e paradidáticos especialistas nas temáticas de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
- Promover e apoiar a formação inicial e continuada dos alunos e demais

¹ http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf

profissionais de educação da rede municipal e privada em relação às questões de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

- Implantar projeto piloto de acompanhamento e avaliação permanente da qualidade da linguagem nos materiais didáticos e pedagógicos, garantindo conteúdo não discriminatório.
- Apoiar a elaboração e a distribuição de materiais didáticos e paradidáticos cujo conteúdo respeite e valorize a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
- Elaborar material didático para educadores e alunos com temas relacionados às questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, gravidez na adolescência e diversidade sexual e prevenção de DSTs/Aids.

EXPERIÊNCIAS

Argentina

Enquanto a inclusão da perspectiva de gênero e conteúdos sobre sexualidade, no currículo escolar, gera debates no Brasil onde, infelizmente, uma visão contrária tem prevalecido, na Argentina, desde 2006, a Lei Nacional de ESI (Educação Sexual Integral) garante aos estudantes o direito a trabalhar, em sala de aula, conteúdos relacionados à sexualidade.

Dois anos depois da sanção da lei, o Conselho Federal de Educação definiu os princípios que deveriam guiar a ESI, cujos pilares são a perspectiva de gênero, o foco em direitos, o respeito à diversidade, o cuidado com o corpo e a saúde e a valorização da afetividade.

Entre os objetivos das atividades propostas nos manuais distribuídos pelo Ministério da Educação estão: “reconhecer diversas formas de organização familiar”, “valorizar e respeitar formas de vida diferentes das próprias”, “romper com estereótipos de gênero”.

Para o cumprimento adequado da lei vem sendo empreendido um grande esforço para a capacitação dos professores, com ênfase em gênero e diversidade sexual, temas aos quais eles mais apresentam resistência.

Um relatório sobre a aplicação da lei revelou que, 71% dos diretores e 75% dos professores entrevistados mudaram “muito” ou “bastante” suas ideias sobre educação sexual depois da capacitação. Quando perguntados sobre a incorporação dos pilares da lei de ESI nos projetos educativos de suas escolas, 84% dos diretores e 78% dos docentes identificaram que foi efetivada a inclusão do aspecto de gênero e 95% dos diretores e 89% dos docentes mencionaram os cuidados com o corpo e a saúde.

O Valente não é Violento

Para prevenir a violência decorrente do machismo nas escolas foi desenvolvida a iniciativa *O Valente não é Violento*, integrada à campanha do Secretário-Geral da ONU, *Una-se pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

O projeto atua pelo fim de estereótipos de gênero e comportamentos machistas e produz conteúdo pedagógico livre, para colaborar na formação de estudantes no Brasil. O objetivo é estimular a mudança de atitudes e comportamentos dos homens e meninos, enfatizando a necessidade do seu envolvimento pelo fim da violência contra as mulheres e meninas.

Para prevenir a violência decorrente do machismo nas escolas, a iniciativa traz um Currículo de Gênero, para conscientizar meninos e meninas sobre o direito das mulheres de viver uma vida livre de violência. As aulas abordam os seguintes temas: Sexo, gênero e poder; Violências e suas interfaces; Estereótipos de gênero e esportes; Estereótipos de gênero, raça/etnia e mídia; Estereótipos de gênero, carreiras e profissões: diferenças e desigualdades; e Vulnerabilidades e Prevenção. O projeto foi financiado pelo União Europeia e revisado pela área de Projetos de Educação da UNESCO.

O projeto convida os profissionais da área da educação a repensarem e transformarem ideias preconcebidas sobre o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”. Afinal, são as ideias arraigadas em nossas culturas que formam a base da desigualdade de gênero, da discriminação e, conseqüentemente, da violência exercida contra as mulheres e meninas².

Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)

O curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), proposto em 2005, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), foi desenvolvido pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), e realizado através de uma parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR) e o British Council, para promover uma reflexão sobre questões relativas a gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, a partir de perspectivas diversas: sociocultural, histórica, educacional e política.

O curso foi oferecido por meio de parcerias com universidades federais e estaduais que se disponibilizaram a ofertá-lo aos profissionais da educação das redes públicas, estaduais e municipais, de ensino de todas as regiões do país.

2 ONU Mulheres/SPM, 2014.

Em 2012, o GDE já tinha sido oferecido por 38 universidades públicas, estaduais e federais, chegando a mais de 40 mil profissionais de educação. Entre 2012 e 2014, o curso foi avaliado em 20 municípios de 10 estados brasileiros. Os resultados indicaram que os professores o consideraram como ótimo, e que o curso trouxe ferramentas para compreender melhor as questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Na parte qualitativa do estudo, o tema da religião foi apontado como uma barreira na discussão sobre gênero e sexualidade no espaço escolar.

Mulheres Inspiradoras

Relato de Gina Vieira Ponte de Albuquerque, ao site Porvir.³

Com 25 anos de sala de aula a professora resolveu se atualizar usando novas tecnologias e criou uma página no Facebook. Ao começar a frequentar a rede ficou assustada com o conteúdo de apelo sexual postado e, especialmente, com o vídeo de uma aluna de 13 anos dançando de forma extremamente erotizada.

Foi pesquisar o assunto e compreendeu que a menina estava apenas reproduzindo o referencial feminino celebrado pela mídia, que só valoriza a mulher pela beleza e sexualidade e que a escola não discutia isso.

Criou o projeto Mulheres Inspiradoras com as turmas do 9º ano do ensino fundamental, para apresentar novos referenciais femininos, mostrando a mulher sob outra perspectiva.

Começou pela leitura de seis obras de autoria feminina, escolhendo duas obras de autoras com idade similar a deles, “O Diário de Anne Frank” e “Eu sou Malala”, e também livros que tratam da condição feminina, identidade negra e ressignificação do cabelo. Depois, estudaram a biografia de dez grandes mulheres, conheceram mulheres que fazem diferença em suas comunidades e, para fechar o projeto, os alunos tiveram que escolher mulheres inspiradoras em suas vidas e entrevistá-las, transcrevendo depois o material em um texto autoral, em que contavam a vida dessa mulher e o que a torna inspiradora. Foram tantas histórias bonitas que resolveram transformá-las em um livro.

“Eu não tinha dimensão de como era desafiador trabalhar essa temática. Descobri que temos um machismo institucionalizado e uma grande resistência em trabalhar questões de gênero. As pessoas temem as repercussões, existe uma estrutura muito conservadora. Precisamos levar esse debate para sala de aula. Mas, ele tem que ser uma coisa permanente, não pode ser algo esporádico.”

3 <http://porvir.org/temos-resistencia-em-trabalhar-questoes-de-genero-na-escola/>

Fontes Consultadas

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.: il.

Gênero e raça no orçamento municipal: um guia para fazer a diferença/Delaine Martins Costa, Andréa Barbosa Osório, Afrânio de Oliveira Silva. - Rio de Janeiro: IBAM/DES, 2006.

Nunca é Tarde, Nunca é Demais. Solange Dacach. REDEH. 2008.

Observatório de Gênero - <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>

<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/transfobia-no-ambiente-escolar.htm>

<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/10/polemica-no-brasil-educacao-de-genero-e-realidade-na-argentina-desde-2006-4008.html>

<http://www.onumulheres.org.br/noticias/na-volta-as-aulas-a-onu-mulheres-divulga-curriculo-e-planos-de-aulas-para-o-ensino-fundamental-sobre-igualdade-de-genero-e-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres-e-meninas/>



